

Para procuradores, revisão de câmeras da PM é 'licença para matar'

05/01/2023

Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo apresentaram uma manifestação ao Órgão Especial da instituição contra a ideia do novo secretário de Segurança Pública paulista, Guilherme Muraro Derrite, de [rever o programa de câmeras no fardamento da Polícia Militar](#).

Reprodução



Uso de câmeras nas fardas de policiais foi adotado por São Paulo com sucesso
Reprodução

Em entrevista à *Rádio Cruzeiro*, de Sorocaba, Derrite disse que uma de suas primeiras medidas no cargo foi pedir o estudo sobre o tema feito pela Fundação Getúlio Vargas e uma pesquisa comparativa da PM sobre a efetividade das câmeras.

Na manifestação ao Órgão Especial, os procuradores afirmaram que a ideia de rever o uso de câmeras no fardamento dos policiais pode ser entendida como uma "licença para matar".

"Deve ser assinalado que a supressão das câmeras, ou mesmo a diminuição do programa, poderá ser entendido por setor minoritário da polícia como verdadeira licença para matar, pois não parece ser simples coincidência a diminuição da letalidade policial em unidades onde as câmeras foram adotadas, propiciando ao alto escalão da corporação maior controle do que ocorre no policiamento", diz trecho do documento.

Os procuradores lembraram que, além de provocar queda do número de mortes causadas por policiais e sofridas por eles, o uso das câmeras também ajuda a garantir que sejam seguidos os procedimentos estabelecidos pelo comando da PM e pode evitar o cometimento de violência arbitrária e mesmo de corrupção.

Ministro incomodado

Quem também se posicionou contra a iniciativa da gestão do governador Tarcísio de Freitas foi o novo ministro dos Direitos Humanos, Silvío de Almeida.

"Recebemos com preocupação a declaração do secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Murano Derrite, acerca da revisão do programa de câmeras corporais da Polícia Militar, 'Olho vivo'. Onde implementado, resulta em uma redução média de 57% no número de mortes decorrentes de intervenção policial", afirmou o ministro.

Almeida afirmou que o sucesso dessa política, demonstrado pela ciência, faz com que ela não apenas deva ser reforçada e ampliada nas regiões em que já é usada, mas também estendida a todo o Brasil.

Números

Apesar da resistência do novo governo, o programa de câmeras corporais da PM paulista apresenta resultados robustos na queda da letalidade policial. Os batalhões que adotaram o sistema tiveram uma redução de 87% nas ocorrências de confronto, segundo levantamento da própria corporação.

A pesquisa da PM apontou que, na comparação entre os meses de junho e outubro de 2019, 2020 e 2021, as ocorrências de resistência às abordagens policiais caíram 32,7% nos batalhões que usam as câmeras operacionais portáteis. Nos demais, a redução no período ficou em 19,2%.

Além disso, entre janeiro e junho de 2022 foram registradas em São Paulo 202 mortes derivadas de operações policiais ou com o envolvimento de agentes de folga, uma queda de 41,1% em relação ao mesmo período de 2021. É o menor índice de letalidade para o primeiro semestre desde 2005, quando foram registradas 178 mortes.

Apesar desses dados, durante a campanha para o governo do estado, Tarcísio de Freitas já havia manifestado a intenção de acabar com o programa, mas amenizou o discurso após sofrer uma onda de críticas.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jan-05/procuradores-revisao-cameras-pm-licenca-matar/>